

Ministra da Agricultura em entrevista

Agricultura pode não ser um setor prioritário para receber verbas do fundo de recuperação da UE

Páginas 2-3



Destaques

Ministra da Agricultura desautoriza presidente do IVDP e volta a suspender eleições para a Casa do Douro

Página 4

Vinhos, frutas, legumes, flores e indústria alimentar dão 'pontapé' na crise com 'e-commerce'

Página 5

"Esta vai ser (muito provavelmente) a primeira pandemia da nossa história sem 'fome'"

Páginas 6-7

Suspensão do comércio presencial de máquinas agrícolas faz cair as vendas em mais de 60%

Página 8

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



UE: recessão histórica grita por orçamento histórico

A Comissão Europeia (CE) falhou, esta quarta-feira, 6 de maio, a apresentação de uma proposta de fundo de recuperação económica para os Estados-membros acordado pelo Conselho Europeu a 23 de abril. Este fundo virá atrelado ao próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (PAC incluída), que leva já vários meses de atraso e duas versões polémicas fracassadas.

Quando, já em novembro de 2019, os eurodeputados portugueses asseveravam que o Parlamento Europeu não aceitaria cortes nos fundos europeus por os considerarem essenciais à competitividade da UE, estavam longe de imaginar a crise sanitária e, por consequência, económica, que se abateria sobre a Europa (e o mundo) no arranque de 2020.

O novo coronavírus trouxe sofreguidão respiratória, febre, tosse, cansaço, vômitos, diarreias, dores de barriga, perdas do olfato, enfim, uma doença inesperada e complexa e ainda sem respostas seguras, Covid de seu nome. Que mais não é, na verdade, do que uma guerra global travada sem armamento bélico, mas que cava trincheiras entre urgências, cuidados intensivos e enfermarias e gera a devastação do quotidiano individual, social e económico à escala global.

Governos, empresas e cidadãos foram empurrados de supetão para o quase abismo. E a Comissão Europeia, dividida, atordoada e inábil para fechar uma proposta de QCA para 2021-2027, antevê agora, ao menos, que o momento é de inultrapassável exceção.

Sem orçamento fechado, as projeções de crescimento para a UE e a zona euro foram revistas em baixa, esta quarta-feira, em cerca de nove pontos percentuais face às do Outono. A economia da área do euro registará "uma contração sem precedentes", equivalente a 7,25 % em 2020, que deverá ser seguida de um crescimento de 6,25 % em 2021. A economia da UE deverá contrair 7,5 % em 2020 e crescer 6% em 2021.

Tem razão Valdis Dombrovskis, vice-presidente da CE para a Economia, quando diz que, "na fase atual, só é possível identificar, a título indicativo, a dimensão e a gravidade do choque que a crise do coronavírus irá representar para as nossas economias".

Mas dizer só isso é parco. A recessão histórica que consome a Europa por estes dias grita, mais do que nunca, por um orçamento histórico que devolva esperança aos cidadãos e alguma certeza de sobrevivência e recuperação à economia e às empresas. Pode chegar com atraso, mas, quando vier, não há margem para a desilusão. A existir desilusão, ela pode ser letal para o futuro da UE.

MINISTRA DA AGRICULTURA LEMBRA QUE O SETOR "CONTINUOU A TRABALHAR", APESAR DAS QUEBRAS DE RENDIMENTO

Agricultura pode não ser um setor prioritário para receber verbas do fundo de recuperação da UE

"Ainda é cedo", diz a Ministra da Agricultura, para identificar quais vão ser os setores de atividade – e se a Agricultura será um deles – beneficiados pelo fundo de recuperação econômica que o Conselho Europeu concordou criar. Em causa está um apoio de cerca de 540 mil milhões de euros – 3% do PIB da UE e que cada Estado-membro pode utilizar até 2% do seu PIB – através de três mecanismos de proteção dirigidos a trabalhadores, empresas e aos Estados (cerca de 4,8 mil milhões – 2% do PIB – para Portugal). Em entrevista à "Vida Económica" em Penafiel, à margem de uma visita ao matadouro da PEC Nordeste, Maria do Céu Albuquerque reconhece que "a Agricultura é um dos setores da atividade econômica que carece de condições para poder retomar" porque "é um dos afetados" pela crise gerada pela pandemia da Covid-19. Avisa, porém, que "não é o único, nem é o mais afetado da nossa economia". As prioridades serão decididas em Conselho de Ministros, diz a governante, onde se decidirá "como é que esta retoma vai acontecer e em que setores é que vamos ter de fazer apostas claras".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Referiu aqui [na PEC Nordeste] que ainda está em negociação com a Comissão Europeia a possibilidade de aprovar o armazenamento privado para o leite em pó, manteiga, queijo e até carne. Mas surgiu a notícia de que a Comissão já tinha aprovado a medida...

Maria do Céu Albuquerque – Sim, genericamente. Agora, está a ser discutida tecnicamente, para percebermos em que é que isso tem implicação para cada Estado-membro. Em princípio, aquilo que já sabemos é que, para os laticínios, há um 'plafond' que já está distribuído a cada Estado-membro. No caso das carnes, não existe essa definição. Terá sempre uma ida ao mercado, digamos assim. Portanto, cada um dos Estados-membros irá buscar aquilo que for necessário para fazer face àquilo que são os efeitos desta crise.

VE – E para os laticínios – leite em pó, manteiga e queijo – já há um 'plafond' definido?

MCA – Já há um 'plafond' definido, que ainda está, do ponto de vista técnico, a ser verificado, mas que é um valor muito confortável para Portugal, aquilo que é expectável que tenhamos.



Maria do Céu Albuquerque, ministra da Agricultura (à direita), visitou o matadouro da PEC Nordeste acompanhada da diretora regional do Norte da Agricultura e Pescas, Carla Alves (ao centro) e de José Capela, presidente da AGROS.

VE – Estamos a falar de quanto?
MCA – Talvez à volta das 700/775 toneladas.

VE – Quando começará e será implementada a medida?
MCA – Até ao final de abril.

VE – E em relação à Política Agrícola Comum e àquele que será o próximo quadro financeiro plurianual? O Conselho Europeu aprovou a criação de um mecanismo de recuperação baseado em dívida que a Comissão comprará aos Estados. A Comissão ficou entretanto de apresentar uma proposta de orçamento europeu até 6 de maio [esta quarta-feira]. Que expectativa tem quanto à PAC?

MCA – A nossa expectativa é que, pelo menos em termos nominais, [a dotação] seja igual à atual e não haja uma diminuição do valor nominal da

Política Agrícola Comum e do quadro financeiro que a vai acompanhar. Aquilo que também entendemos como fundamental é que não haja uma diminuição daquilo que está afeto ao desenvolvimento rural, que, no quadro nacional, é muito importante. Também, que não haja diminuição dos envelopes financeiros em relação às ilhas e em relação a setores como, por exemplo, o do vinho. Portanto, a nossa expectativa é que a negociação do quadro financeiro plurianual possa corresponder àquilo que são as necessidades efetivas do nosso país e que, no domínio da agricultura, têm a ver em concreto com o retomar da atividade econômica, que será ainda de acordo com o atual quadro [financeiro], mas que o próximo ciclo comunitário nos sirva para fazer diferente.

VE – E fazer diferente é...

MCA – Fazer diferente é continuar nos as boas práticas e incentivarmos

cada vez mais do ponto de vista ambiental. O 'Green Deal' [Pacto Ecológico Europeu, iniciativa da Comissão Europeia que propõe 50 medidas com vista a alcançar a neutralidade carbónica até 2050] tem de ser uma oportunidade para todos os Estados-membros. E para a Agricultura também, nomeadamente através do 'Farm to Fork' ['Do Prado ao Prato', uma das iniciativas do Pacto Ecológico Europeu com vista a criar uma cadeia de valor alimentar sustentável anunciado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen], onde os processos de inovação, desenvolvimento tecnológico e a agricultura de precisão têm de ter um papel determinante para podermos ser mais competitivos e corresponder também a esta estratégia de mitigar os efeitos das alterações climáticas sobre o planeta e a vida das pessoas.

VE – Mas, em paralelo com o próximo quadro financeiro, foi decidida a criação de um fundo de recuperação para a Europa. No caso concreto da Agricultura, o que lhe parece que é mais premente recuperar, depois da quebra que existiu?

MCA – Bom, do ponto de vista da Agricultura, é de salientar que não houve nenhum setor de atividade que tenha parado, a não ser as flores e as plantas ornamentais. Todos os outros setores continuaram a trabalhar, mas têm quebras de rendimento muito grandes, porque aquilo que estavam a preparar era o normal para um ano económico normal. E foi uma paragem brusca. Há uma paragem há um mês e meio a esta parte. E nós sabemos que setores como o vinho podem chegar aos 50% de quebra...

VE – No consumo ou nas exportações?

MCA – No consumo e nas exportações. Estou a falar de 50%, grosso modo, a quebra no setor. Já nas flores e plantas ornamentais [a quebra] vai praticamente aos 100%. E todos os outros setores têm quebras, nomeadamente pela retração do consumo. Hoje a oferta é maior do que a procura. E nós temos que claramente retomar todos os setores da atividade econômica para que a Agricultura retome a sua atividade. Nomeadamente, pela abertura do canal horeca (restaurantes, os hotéis, o turismo, que é tão importante também), depois para podermos continuar a abastecer o mercado interno, onde o cidadão cada vez mais tenha consciência da importância da produção local e da excelência dos produtos nacionais e, com isso, faça as melhores escolhas de produtos de época – que são de excelente qualidade –, em detrimento de outros alimentos que não são de época

e que fazem grandes viagens para chegar até nós.

Depois, precisamos claramente que o mercado externo volte a abrir. E a consciência que temos é que os produtos portugueses ganharam a confiança dos portugueses – que já a tinham, mas que saiu reforçada com esta crise sanitária –, mas que, pela sua qualidade e excelência e segurança alimentar, já conquistaram muitos mercados lá fora, dentro da Europa, mas também em muitos países terceiros. E neste momento temos de garantir que essa confiança é retomada e com isso continuar a alimentar estes mercados.

A Agricultura é dos setores da atividade econômica que mais vinham crescer. Aliás, foi dos setores que mais cresceram do ponto de vista do contributo para o PIB em 2019 e, portanto, sabemos que vai ter de haver aqui um esforço maior para voltarmos a atingir os objetivos que traçamos, mas temos claramente que conseguir agora minimizar estes efeitos.

Queria chamar a atenção que estamos a desenvolver uma agenda para inovação, para a transformação da Agricultura para um patamar, nomeadamente de desenvolvimento económico, social e ambiental que se impõe pelas vicissitudes que todos conhecemos e

"É preciso dizer que o PDR 2020 tem um compromisso de 90% e uma execução de 60%. É nossa expectativa que o próximo plano estratégico que estamos a desenvolver para a PAC, que já tinha um ano de transição, vá alargar para dois anos"

também por aquilo que são os desígnios que a Comissão elegeu para esta década. E se esta agenda fazia sentido há dois meses a esta parte, agora tem uma relevância redobrada.

VE – Voltemos atrás, ao fundo de recuperação econômica que deverá ser criado a nível europeu. Na quota-parte que será destinada a Portugal, a verba será para ajudar a repor as quebras de consumo?

MCA – É cedo para falar sobre isso. Nós iremos discutir isso seguramente em Conselho de Ministros, como é que esta retoma vai acontecer e em que setores é que vamos ter de fazer apostas claras.

VE – Mas acredita que a Agricultura será um dos setores contemplados?

MCA – A Agricultura é um dos setores da atividade econômica que carece de condições para poder retomar. Lembro que temos ainda um quadro comunitário e um orçamento da Política Agrícola Comum para concluir este quadriénio. E é preciso dizer que o PDR [Programa de Desenvolvimento Rural 2020] tem um compromisso de 90% e uma execução de 60%. É nossa expectativa que o próximo plano estratégico que estamos a desenvolver para a PAC que já tinha um ano de transição e vá...

VE – Alargar? O diretor do GPP falou-nos em dois anos.

MCA – Dois anos. A ideia é, em dois anos, em 2023, começarmos a imple-

mentar este plano. Portanto, a esta altura, temos de olhar para o país como um todo e perceber que estamos a injetar na economia e na vida dos portugueses mais de 3000 milhões de euros por mês para fazer face àquelas que são as debilidades que decorrem desta crise, que não conhecíamos e que não conhecemos ainda o suficiente para percebermos os impactos onde temos de atalhar.

VE – Concretamente em relação a este setor de atividade que estamos a visitar – as carnes. O setor tem-se debatido para que, nesta altura de quebras do consumo, sejam retomados os apoios à eletricidade verde e seja reduzido o preço do gásóleo agrícola. Que expectativa há de que possa haver uma redução?

MCA – A nossa expectativa neste momento é de conseguir ir buscar o pagamento do gásóleo agrícola ao mercado para podermos também injetar mais rapidamente dinheiro e garantir a liquidez das empresas. Repito: a Agricultura é um dos setores afetados, não é o único nem é o mais afetado da nossa economia e, neste momento, todas as condições que estão criadas garantem condições para minimizar os efeitos desta crise. Estudaremos com todos os setores medidas que venham a ser necessárias para con-

PEC Nordeste investe 300 mil euros no embalamento 'skin pack'



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O matadouro da PEC Nordeste, na zona industrial de Penafiel, vai investir "entre 250 e 300 mil euros" no processo 'skin pack', um tipo de embalagem especialmente recomendada para produtos cárneos frescos, processados, pescados, comida preparada, queijos e patés, no qual o filme superior e o inferior soldam entre si em toda a superfície de contacto com o produto, mantendo o seu aspeto mais natural e original.

Idalino Leão, administrador da PEC Nordeste e presidente da Fenapecuária, explicou à "Vida Económica" que este é, acima de tudo, "um investimento em modernidade", também para disporem de "um leque maior de oferta para os nossos clientes".

A PEC Nordeste é uma empresa do grupo AGROS. Opera há mais de 20 anos, assegura 87 postos de trabalho e registou um volume de negócios de 11,6 milhões de euros em 2019

"Embalagem em vácuo nós já fazemos há muitos anos. Este investimento passa por um novo processo, que é o chamado 'skin pack'", cuja instalação vai representar "um investimento total entre 250 e 300 mil euros", financiado com fundos europeus através do PDR 2020.

"O projeto de candidatura está finalizado, mas com os problemas da Covid-19 o prazo de submissão de candidaturas foi alargado". Deverá ser submetido "na próxima semana [na última semana] através da ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa", revelou Idalino Leão.

Questionado sobre o prazo de execução da obra, o administrador da PEC Nordeste garante: "a partir do momento em que

a candidatura esteja aprovada eu monto isto num mês". Se tudo correr bem, o projeto é, pois, para concluir "durante este ano". E, além de permitir alargar o leque de oferta e o volume de processamento de carne, "se o projeto for aprovado contamos empregar mais oito pessoas".

Em 2019, o matadouro da PEC Nordeste abateu 131 592 cabeças de gado (bovinos, suínos e pequenos ruminantes), tendo processado 308 toneladas de carne na sala de desmancha. Os principais clientes são "talhos de rua, supermercados, grande distribuição (as principais insígnias trabalham com a PEC) e alguma restauração na gama média alta", explica Idalino Leão. Nos clientes internacionais "podemos destacar a McDonald's", diz.

A empresa assegura 87 postos de trabalho e registou um volume de negócios

de 11,6 milhões de euros em 2019. Possui as certificações mais elevadas na indústria agroalimentar (IFS, BRC, ISO 9001, Bem-estar Animal, Ambiental e responsabilidade social), garante o seu administrador.

A PEC Nordeste opera há mais de 20 anos. Abate e processa exclusivamente carne nacional. Mantém várias parcerias com agricultores, cooperativas e com as raças autóctones (Barrosã, Maronesa, Cachena, Minhota, Arouquesa e Jarmelista).

A ministra da Agricultura, Idalino Leão fez questão de frisar que "este novo tempo que vivemos deve servir para aproximar o consumidor do setor agrícola, sendo também este o momento de afirmação dos agricultores, das suas cooperativas e das agroindústrias".

Ministra da Agricultura desautoriza presidente do IVDP e volta a suspender eleições para a Casa do Douro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“A suspensão do procedimento eleitoral das eleições para os delegados municipais do conselho geral e para a direção da Casa do Douro mantém-se enquanto vigorar a situação de calamidade, sem prejuízo de prorrogação ou modificação na medida em que a evolução da situação epidemiológica o justificar”.

Este é o teor do despacho de Maria do Céu Albuquerque, Ministra da Agricultura, assinado na última terça-feira, 05 de maio, após Gilberto Igrejas, Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) e Presidente da Comissão Eleitoral da Casa do Douro, ter comunicado no passado domingo, 3 de maio, pelas 22H12, à Direção da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro (CS-FRN) a reabertura de todo o processo com vista à realização das eleições previstas para 16 de maio.

Nessa comunicação-

“impossibilidade por imperativo legal decorrente da entrada em vigor das regras do Estado de Calamidade contidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33A/2020 de 30 de abril” e também porque “as instalações da Casa do Douro e os seus funcionários e diretores se mantêm vinculados ao dever cívico de confinamento”.

A Direção da Casa do Douro diz que “não é aceitável, ou se encontra contida nos poderes da Comissão Eleitoral, a capacidade de transferir a exposição de tais cadernos eleitorais da Casa do Douro para a sede do IVDP”. Se tal sucedesse, seria uma “clara violação das normas contidas no Anexo à Portaria n.º 53-A/2020 de 28 de fevereiro do Ministério da Agricultura”.

A missiva enviada a Gilberto Igrejas pela Direção da CD-FRD, a que a “Vida Económica” teve acesso, fala de uma “entorse legal e uma violação por parte da Comissão Eleitoral, por extravasamento e usurpação de funções, a pretensão



Gilberto Igrejas, Presidente do IVDP e Presidente da Comissão Eleitoral da Casa do Douro.

ção, Gilberto Igrejas informou por email a Direção da Casa do Douro da intenção de retomar “amanhã, dia 4 de maio”, o processo eleitoral com vista à realização das eleições para aquela instituição agora reinstitucionalizada. Também solicitou “viabilidade” para a colocação dos cadernos eleitorais nas instalações da Casa do Douro para consulta.

Ato contínuo, a Direção da Casa do Douro escreveu a Gilberto Igrejas dando conta de que “o processo eleitoral, apesar da sua suspensão durante o período de declaração do Estado de Emergência, encontra-se irrevogavelmente inviabilizado”. E sublinha essa

de se sobrestarem a uma disposição legal e fixarem, unilateralmente, uma nova data e calendário eleitorais”. A nova data, frisa a CD-FRD, “apenas poderá ser fixada com recurso a um novo processo eleitoral integral”, ou seja, “uma nova portaria emanada do Ministério da Agricultura”.

À “Vida Económica”, o Presidente do IVDP e Presidente da Comissão Eleitoral da Casa do Douro apenas diz “não ser oportuna a abordagem a este assunto neste momento”.

As eleições para a direção da Casa do Douro reinstitucionalizada e delegados municipais do conselho geral foram, entretanto, reagendadas para 27 de junho.

“Reserva Qualitativa é a única maneira de salvar os agricultores do Douro”

Casa do Douro – Federação Renovação do Douro, A EVP - Associação das Empresas de Vinho do Porto, ProDouro – Associação dos Viticultores Profissionais do Douro, The Fladgate Partnership, empresa que detém as marcas de vinho do Porto Taylor’s, Croft, Fonseca e Krohn, todos estão preocupados com o “forte declínio” nas vendas de vinho do Porto e DOC Douro oriundo da Região Demarcada do Douro (RDD). E mais assustadas estão com a mais que provável – se não houver, entretanto, uma medida política excepcional que o impeça – quebra do ‘Benefício’ das 100 mil pipas (2019) para 70 mil na próxima vindima.

Exigem, pois, do Ministério da Agricultura “medidas urgentes” consentâneas com o momento de crise excepcional que o país vive. Questionado pela “Vida Económica”, o Ministério da Agricultura remeteu esclarecimentos para o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) que, até ao fecho da edição, não os prestou.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O grupo The Fladgate Partnership fechou 2019 com um resultado de 125 milhões de euros, mais 7% face a 2018. As vendas de vinho do Porto caíram 1%, ficando-se pelos 62 milhões de euros. Na empresa, que detém as marcas Taylor’s, Croft, Fonseca e Krohn e onde as exportações de vinho do Porto valem 91% das vendas, vive-se o temor da quebra do consumo, do crescente acumular de stocks, da dificuldade posterior em armazenar mais vinho e do possível abandono da produção por parte de muitos pequenos viticultores durienses, os quais, dada a orologia do território, têm os custos de produção vinícola mais elevados do país.

O CEO da companhia diz que “a probabilidade de um forte declínio nas vendas do vinho do Porto é real, devido ao confinamento” e ao “fecho dos restaurantes e hotéis”. E isso “vai ter impacto, principalmente em Portugal, onde o mercado do turismo é responsável por muitas vendas” deste produto. “As fronteiras fechadas causam algum problema”,



diz Adrian Brigde à “Vida Económica”, “mas são insignificantes quando comparadas com o fecho do setor da restauração e o facto de muitos restaurantes possivelmente não voltarem a abrir”.

O cenário é este: “muitas empresas de vinho do Porto têm muito stock, por isso é fácil fazer uma vindima pequena este ano. A lei do terço significa que uma queda em 2000 pipas nas vendas implica uma redução de 6000 pipas na vindima. Se o dinheiro é importante para sobreviver, as empresas de vinho do Porto farão vindimas pequenas (poucas compras). Em 2019 o ‘Benefício’ foi de 108.000 pipas [menos 8000 face a 2018 e em 2018 menos 2000 face a 2017] e provavelmente este ano precisa de ser 70.000, ou talvez menos. Isso será um desastre para os viticultores, pois a única outra possibilidade para venderem as suas uvas é para o DOC Douro, que será atingido ainda com mais força, já que 75% do DOC Douro é vendido em Portugal”, refere o CEO à “Vida Económica”.

Adrian Brigde diz que há alternativas. Descarta a destilação, defendida pela A EVP. Fala, antes, da criação de uma Reserva Qualitativa, “um benefício adicional” para poderem fazer mais vinho do Porto. Essa, diz, é “a única maneira de salvar os agricultores”. “Sem nenhum custo para o Governo”.

Se avançasse, as empresas poderiam comprar uvas e fazer a Reserva Qualitativa, que “pode ser bloqueada/selada nas empresas por um período de cinco anos”. O CEO da Taylor’s propõe que as empresas usem esse vinho “para um 10 ou 20 anos Tawny, cujas vendas estão e continuarão a crescer”. Portanto, “se as empresas estão a antecipar a procura em cinco anos, então precisarão de ter um preço de cerca de 750 euros a pipa”.

“Fazer retornar à RDD cerca de 10 milhões gerados pelas taxas cobradas pelo IVDP”

Adrian Brigde faz contas: “se excluirmos aguardente, vinificação e armazenamento, estarão a pagar cerca de 450 euros por pipa de mosto. Isto é mais do que os agricultores recebem pelo DOC Douro”. A solução “poderia aumentar a procura em 40.000 pipas”, o que faria “toda a diferença”. E o “custo para o Governo não vai além da emissão de uma licença e administrar o programa”.

A Casa do Douro fez mais. A 13 de abril, enviou uma comunicação aos ministérios da Agricultura, Economia e Coesão Territorial propondo “medidas urgentes para a salvação da vitivinicultura da Região Demarcada do Douro”.

Entre elas, isenção de TSU, IRS na Campanha 2020 para viticultores e empresas e diminuição da taxa de IVA agrícola de 6% para 5%; isenção de Taxa de DCP na Campanha 2020; empréstimos a juro bonificado; alargamento do prazo de execução por mais uma campanha nos projetos VITIS e RARRV; controlo da especulação dos preços e garantia de existência e distribuição dos produtos fitofarmacêuticos essenciais para a proteção da vinha; fazer retornar à RDD o valor do excedente financeiro gerado pelas taxas cobradas pelo IVDP (cerca de 10 milhões de euros); criação de ajudas à armazenagem e de um crédito/benefício fiscal ao consumidor na aquisição de produtos com Denominação de Origem Portuguesa, nomeadamente no caso dos Vinhos DOC e PORTO.

À “Vida Económica”, Gilberto Igrejas, presidente do IVDP, disse apenas que o Ministério da Agricultura e o organismo que dirige “estão a tentar encontrar as melhores soluções para os problemas” na RDD.

Vinhos, frutas, legumes, flores e indústria alimentar dão 'pontapé' na crise com 'e-commerce'

A AICEP deu o mote. Confrontada com a crise de todo o tecido empresarial em resultado da travagem brusca da atividade económica e do abrandamento das exportações devido à pandemia da Covid-19, lançou a meados de abril um pacote de serviços para apoiar as empresas no 'e-commerce', nacional e internacional.

A pretexto disso, a "Vida Económica" saiu ao encontro dos vinhos, frutas, legumes e indústria agroalimentar. Fomos perceber se, nestes setores, faz sentido apostar no comércio eletrónico, se ele já é uma realidade e se há recetividade dos empresários em aderirem a esta plataforma de negócio.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A primeira paragem é nas frutas, legumes e flores. Nas flores e plantas ornamentais, que têm entre as semanas 11 e 22 a sua grande campanha de exportação, "quatro dos seus principais mercados - Espanha, França, Reino Unido e Alemanha - cancelaram todas as encomendas". Apenas a Holanda manteve "algumas encomendas, embora a um ritmo bastante inferior ao normal", refere o Presidente da Portugal Fresh, cujas associadas que participam anualmente no IPM ESSEN (Alemanha) na última semana de janeiro, já registam "mais de cinco milhões de euros de perdas de vendas e destruição de plantas". As seis empresas têm um volume de negócios de 35 milhões de euros anuais e empregam mais de 500 colaboradores (402 permanentes) tendo recorrido já ao 'lay-off' e a linhas de crédito.

Por sua vez, as empresas de frutas e legumes "continuam a trabalhar para

garantir o normal funcionamento da cadeia agroalimentar". E o objetivo é "manter as colheitas e plantações conforme planeado", garante o Presidente da Associação para a Promoção de Frutas, Legumes e Flores de Portugal. Isto, apesar de os produtos mais perecíveis, agora em colheita, serem "os mais afetados" e de as exportações deverem ser "fortemente afetadas, mais no segundo trimestre do que no primeiro" (exportaram, com as flores, 1.605 milhões de euros em 2019).

Mas, e então o comércio eletrónico? Gonçalo Andrade assegura que a Associação "tem falado no comércio 'on-line' dos frescos em praticamente todas as suas comunicações nos últimos cinco anos". "Referimos sempre dois exemplos a nível mundial": a Freshdirect (<https://www.freshdirect.com/>) nos EUA, e a Fruitday (<http://www.fruitday.com>), na Ásia, que "já têm uma elevada percentagem" de vendas eletrónicas nos frescos.



Jorge Henriques, Presidente da FIPA.

O dirigente cita, aliás, um estudo da feira Fruit Logistica em 2018, que prevê "um crescimento gigantesco do consumo de frutas e legumes até 2030". Lá, diz Gonçalo Andrade, "também consta um crescimento do canal 'on-line' de 1% em 2015 para 7% (de 4,8 biliões de euros) em 2030". O gestor não tem dúvidas: "com esta pandemia acredito que este estudo tenha que ser revisto e que este canal vai ser ainda mais importante". E mais: "as empresas portuguesas estão a adaptar-se e a investir nas vendas 'on-line'. Ainda não é transversal a todas, mas esta forma de vender "está a ganhar importância".

Segunda paragem: os vinhos. Aqui, o comércio eletrónico internacional não é tão viável. "A recetividade existe" e há "potencial", diz o Presidente da ViniPortugal, mas, neste setor, "o

comércio 'on-line' é mais uma ferramenta de venda no mercado doméstico e menos relevante na exportação". Até porque "as tarifas aduaneiras ou os impostos à entrada são uma barreira relevante na exportação via vendas 'on-line' e impedem o seu crescimento em operações transnacionais".

Vinhos: 85% das empresas com quedas nas vendas

As exportações de vinhos portugueses atingiram os 820,5 milhões de euros em 2019 (perto de 296 milhões de litros), mais 2,5% face a 2018, a um preço médio de 2,77 euros por litro.

Dentro do mercado doméstico, aí sim, o comércio eletrónico "é uma ferramenta importante para quem já está na distribuição, mas não tanto para as empresas produtoras". Admitindo que estas estejam a apostar nesta ferramenta, "sabe-se que é a grande distribuição que tem visto maior crescimento do comércio 'on-line'". Portanto, "mesmo que cresça, o 'on-line' atenua, mas não elimina as quedas nas vendas físicas", diz Jorge Monteiro.

Jorge Monteiro refere um estudo vindo do Reino Unido onde se diz que, "o comércio 'on-line' de bebidas alcoólicas, embora tenha crescido 50% na primeira semana do estado de emergência, quando comparado com o mesmo período de 2019 é manifestamente insuficiente para compensar a queda de vendas no 'on-trade'".

Em suma: "o on-line tem futuro, mas não é solução para uma crise com este impacto, que alterou profunda e rapidamente os nossos hábitos de compra". Um inquérito recente da ACIBEV revela que "cerca de 85% das empresas sentiram quedas nas vendas e 60% identificaram dificuldades no escoamento no mercado nacional", nota Jorge Monteiro. A "maioria mantém-se em funcionamento, mas 2/3 com diminuição da produção e condicionamentos organizacionais".

Já a FENADEGAS refere que "11% das adegas estavam fechadas", estimando "uma elevada queda das vendas (cerca de -55%) nos próximos meses, quer no mercado doméstico, quer na exportação".

Nas exportações, "março terá uma queda acentuada", diz Jorge Monteiro, admitindo que o trimestre possa "fechar entre os 10% e os 20% a menos, em valor", comparado com o período homólogo.

Terceira paragem: a indústria agroalimentar. Neste setor, "a indefinição sobre a reabertura progressiva das várias economias leva a antecipar que este ano o risco de abrandamento das exportações - no final de fevereiro já revelavam quebras no mercado da UE de -5,5% - vai ser muito elevado. E, provavelmente, vai fazer sentir-se já



Jorge Monteiro, Presidente da ViniPortugal.

no segundo trimestre", avança o Presidente da FIPA - Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares.

FIPA: "comércio eletrónico é uma via irreversível"

À "Vida Económica", Jorge Henriques lembra que "a globalização está de certa forma suspensa, com encerramento de fronteiras, dificuldades logísticas e o elevado risco de medidas protecionistas". As exportações da indústria alimentar e das bebidas "vinham sendo o nosso principal balão de oxigénio, tendo ultrapassado os 5000 milhões de euros em 2019, pelo que estamos muito apreensivos" no que respeita à sua evolução.

O tom é, ainda assim, otimista. "Sabemos que o mundo irá reabrir progressivamente, as oportunidades vão ressurgir e acreditamos que, tal como na crise anterior, os nossos empresários vão saber olhar para o futuro e penetrar em novos mercados", garante o empresário. Para o Presidente da FIPA, "apesar do clima de incerteza, acreditamos que ainda há margem para o crescimento das nossas exportações em 2020". Deixa, contudo, um alerta: "deverá haver a iniciativa de antecipar desde já as oportunidades que esperamos que venham a surgir em 2021 e sair na linha da frente para as agarrar".

E o 'e-commerce' pode ajudar? Jorge Henriques confia que sim. Assegura que "a indústria alimentar e das bebidas é um setor moderno e tem bem presente que o comércio eletrónico é uma via irreversível e cada vez mais relevante". E como, para já, e durante os próximos tempos, as deslocações e a proximidade física serão "reduzidas ao essencial", "as plataformas de 'e-commerce' serão uma grande vantagem competitiva".



Gonçalo Andrade, Presidente da Portugal Fresh.

PEDRO GRAÇA, DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DA U.PORTO, EM ENTREVISTA

“Esta vai ser (muito provavelmente) a primeira pandemia da nossa história sem ‘fome’”

A Covid-19 obrigou-nos ao confinamento, mas deu-nos “disponibilidade de tempo, nomeadamente para cozinhar em família e ensinar os mais novos a fazer e a provar”. “Esta vai ser (muito provavelmente) a primeira pandemia da nossa história sem ‘fome’”, antevê, otimista, o Diretor da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e ex-diretor do Programa Nacional para a Alimentação Saudável da DGS. Em entrevista à “Vida Económica”, Pedro Graça constata que “as prateleiras vão continuar com comida, felizmente”, mas “as empresas do setor alimentar vão ter muitas dificuldades daqui a algumas semanas”. E a indústria, sobretudo, vai ter de se reinventar e perceber que “a alimentação saudável será cada vez mais um ‘driver’ poderoso a nível global”. Governos, nomeadamente os setores da saúde, do ambiente e da agricultura e a indústria alimentar devem, pois, “falar cada vez mais, para que possamos ser competitivos cá dentro e lá fora”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - A pandemia da Covid-19 ditou o encerramento de hotéis, restaurantes, cafés/cafetarias e outros estabelecimentos conexos e o confinamento de milhões de portugueses, que passaram a fazer as refeições em casa. Como olha para a mudança dos hábitos alimentares do ‘fora de casa’ para ‘dentro de casa’, quer no plano económico, quer no plano nutricional? Já processámos tudo isto? Já nos adaptámos?

Pedro Graça - Creio que a adaptação é sempre gradual. A nossa tradição alimentar é mediterrânica, ou seja, o convívio à volta da mesa é cultural e também importante para uma alimentação mais equilibrada, saudável e ambientalmente adequada. Cozinhar para várias pessoas é mais poupador de energia, por exemplo. E quando se come em grupo a tendência é para se comer melhor do que quando se come sozinho em frente de uma televisão. Mas estamos a dar mostras de qualidade neste processo. O trabalho da DGS [Direção-Geral da Saúde] tem sido exemplar. Neste curto período de tempo lançaram-se mais de 40 publicações sobre este tema. Na Europa não devemos ter trabalho igual. Ver mais em <https://nutrimento.pt/noticias/area-covid-19-no-site-do-pnpas-materiais-sobre-alimentacao-nutricao-e-covid-19/>.

VE - Desafio-o para uma espécie de análise swot. Estamos perante uma oportunidade ou uma ameaça, em termos alimentares?

PG - A oportunidade tem a ver com a disponibilidade de tempo, nomeadamente para cozinhar em família e ensinar os mais novos a fazer e a provar. Uma formação ‘presencial’ única, que pode ser útil para o resto da vida. A ameaça tem a ver com ingestão de calorias a mais e sedentarismo a mais. Em conjunto, pode ser um fator de descontrolo metabólico, altamente prejudicial se a pessoa tiver excesso de peso, for diabética ou hipertensa. Até para o risco de ter problemas mais graves se contrair a Covid.

VE - E quais são os nossos pontos fortes e os pontos fracos (de Portugal, da nossa estrutura produtiva)? Estávamos preparados em termos alimentares para esta revolução?

PG - Esta vai ser (muito provavelmente) a primeira pandemia da nossa história sem ‘fome’. As prateleiras vão continuar com comida, felizmente. Mas as empresas do setor alimentar vão ter muitas dificuldades daqui a algumas semanas. E, com a redução da capacidade económica dos consumidores nos próximos meses, a tendência será para comprar piores produtos, produtos processados com excesso de sal e açúcar e mais baratos. É temo que certos setores com mão de obra estrangeira vão ter ainda mais dificuldades. Para a saúde, será sempre mau. De sublinhar a excelente colaboração, nesta crise, entre o Ministério da Agra-



Pedro Graça, diretor da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e consultor para a área alimentar da DGS.

cultura e a DGS/Ministério da Saúde. Portugal, neste aspeto, está de parabéns.

VE - Antecipa algum cenário para o futuro da restauração? Vamos voltar a consumir da mesma forma ou

“Os próximos tempos exigem um debate sobre o posicionamento estratégico da produção e consumo. No sentido de menor dependência do fator humano e também na produção de alimentos mais saudáveis e menos desreguladores metabólicos”

o conceito de restauração vai ter de sofrer adaptações e com o ‘take away’ a ganhar outra expressão?

PG - O conceito de restauração com as pessoas em restaurantes cheios e muita gente junta, creio que vai demorar algum tempo a recuperar, se é que recupera. Mas temos necessidade de ver e estar com outros. Creio que os espaços entre mesas na restauração irão crescer e os modelos tipo ‘tasca’ ou ‘todos juntos’ tenderá a diminuir fortemente.

VE - Os pequenos frutos, o vinho, os leitões ou o leite e queijo de pequenos ruminantes estão a sofrer fortes quebras no consumo. Porém, os produtos em conserva (pescado ou leguminosas, por exemplo) estão a ter forte procura. Do ponto de vista nutricional, estes são uma boa opção?

PG - Ainda existe um pre-

conceito contra as nossas conservas. Os enlatados de peixe reduziram o sal e praticamente é peixe fervido e enlatado. Uma excelente fonte proteica sem aditivos. O mesmo se passa com as leguminosas (feijão, grão e ervilha). Com muita facilidade fazemos refeições equi-

libradas com estes alimentos. Basta adicionar pão e uma boa salada e, no fim, uma peça de fruta. Uma excelente opção alimentar.

VE - E do ponto de vista económico, dos orçamentos familiares, a opção pelas conservas de pescado e de leguminosas é vantajosa?

PG - Temos conservas de pescado e de leguminosas de preço acessível. Se equacionarmos aqui o fator tempo para cozinhar e comprar, os custos reduzem-se. As opções em fresco de qualquer produto são sempre as melhores, mas poucas vezes temos substitutos processados de tão boa qualidade.

VE - Para os produtores agrícolas e para a indústria esta preferência dos consumidores pelos alimentos em conserva não é tão conveniente nem lucrativa. Que conselho lhes deixa?

PG - Os enlatados permitem armazenar e produzir em momentos de excesso, por exemplo. Não é tão nefasto como se pensa. E muitos são produtos ‘made in Portugal’. O fundamental é perceber que estas opções são alternativas saudáveis ao que deve ser o dia-a-dia. Que deve ser, sempre que possível, de base vegetal, de proximidade, sazonal e variado. A base da alimentação mediterrânica saudável que nos protege há 8000 anos.

VE - Crê que, a prazo, estaremos ‘condenados’ a comer menos alimentos em fresco e mais em conserva? E isso é bom ou mau?

PG - Estaremos condenados a comer de forma diferente. Sim, isto, se continuarmos a crescer catastróficamente como até agora. Teremos de ter prédios a produzir hortícolas, carne de laboratório, hidroponia nas nossas caves e por aí. O homem fará tudo para sobreviver num mundo em mudança. Infelizmente, não podemos voltar a comer como os nossos pais.

VE - Esta é também uma oportunidade para a indústria agroalimentar?

PG - Certamente, desde que a indústria alimentar nacional não entere a cabeça na areia.

VE - O que quer dizer, exatamente? A indústria também terá de se reinventar com esta crise?

PG - Os próximos tempos exigem um debate sobre o posicionamento estratégico da produção e consumo. No sentido de menor dependência do fator humano (que será um drama) e também na produção de alimentos mais saudáveis e menos desreguladores metabólicos. Percebemos claramente que quem é idoso e diabético, obeso ou hipertenso tem risco aumentado para a doença infecciosa. A alimentação saudável será, por isso, cada vez mais um ‘driver’ poderoso da alimentação dos seres humanos a nível global. Será esse o caminho a percorrer, incluindo para a indústria da saúde ou para aqueles que insistem que o tradicional, excessivamente salgado ou açucarado é que é bom. Não sei se esta visão do ‘tradicional’ é o caminho a percorrer, ao qual eu chamo ‘enterrar a cabeça na areia’. Isto obrigará os Governos, nomeadamente os setores da saúde, do ambiente e da agricultura e da indústria alimentar a falarem cada vez mais para que possamos ser competitivos cá dentro e lá fora. Felizmente, Portugal tem uma estratégia integrada para a promoção da alimentação saudável (Eipas), conduzida pelo Ministério da

“Os alimentos juntam-nos em momentos de separação”

Almôndegas de atum, caldeirada de cavala em tomate e brigadeiro de sardinha e broa são algumas das receitas que se podem encontrar no manual lançado pela Direção-Geral da Saúde (DGS) sobre alimentação saudável em tempos de confinamento social. São todas à base de conservas de pescado e leguminosas.

O manual foi elaborado pelo Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) e pela Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS), em colaboração com o Chef Fábio Bernardino e sob a orientação de Pedro Graça. Apresenta “dezenas de receitas saudáveis, saborosas, rápidas e fáceis de preparar e ao mesmo tempo ‘sofisticadas’”.

À “Vida Económica”, o ex-diretor do Programa Nacional para a Alimentação Saudável da DGS é taxativo: é preciso “mostrar que a criatividade gastronómica e a ciência nutricional podem ser úteis para nos darem alegrias no corpo e na alma, em tempos de muita ansiedade”. Porque, na verdade, “os

alimentos juntam-nos em momentos de separação”. E foi “isso que procuramos e ao mesmo tempo foi algo que nos deu muito prazer”, assume Pedro Graça. E “foi um trabalho totalmente pro-bono”, garante. Em tempos de pandemia, “também nos faz bem ajudar sem procurar mais nada em troca”.

Uma altura em que, devido à pan-



demia da Covid-19, os portugueses fazem compras mais espaçadas, os enlatados voltam a ter uma grande importância na nossa alimentação. E “o mercado nacional oferece atualmente uma enorme variedade de conservas de pescado e de leguminosas (feijão, grão, ervilhas, lentilhas...) que são ali-

mentos de grande valor nutricional”, lê-se no documento da DGS.

O pescado, para além de ser, tal como a carne e os ovos, um fornecedor de proteínas de elevada qualidade (apresentam todos os aminoácidos essenciais), é também fornecedor de algumas vitaminas e minerais (vitaminas D, A, E, B12, cálcio, iodo e selénio).

As leguminosas são uma boa fonte de fibra e de hidratos de carbono de absorção lenta. São ainda uma excelente fonte de vitaminas e minerais, como vitaminas do complexo B, ferro e zinco.

Devido ao elevado tempo de reclusão em casa, “com menos exercício físico e exposição solar”, os portugueses precisam “das proteínas de elevada qualidade e dos minerais e vitaminas (como a vitamina D) presentes nas conservas de pescado”. E o mesmo acontece com as leguminosas, que têm um valor apreciado de proteínas, embora incompletas, mas que podem ser uma alternativa à carne e pescado, quando combinadas com alimentos do grupo dos cereais e derivadas.

DIREITO RURAL DOCTRINA E LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

Uma obra que trata o Direito Rural nas suas múltiplas e complexas vertentes. Inclui legislação relevante atualizada.

Alguns temas tratados na obra

- As estratégias de proteção da vinha na região do Douro: do tempo da filoxera até aos nossos dias - **Ana Aguiar**
- Contratos próprios do mundo rural: arrendamento rural, parceria pecuária e constituição de servidão predial - **Ana Sofia Carvalho, Patrícia Anjos Azevedo, Ary Ferreira da Cunha**
- O Douro e o Alvará de Instituição da Companhia Pombalina (1756) - **António Barros Cardoso**
- A degradação dos solos por atividade mineira: as minas de carvão de S. Pedro da Cova (Gondomar) - **Cármem Ferreira**
- Emparcelamento Rural - **Francisco Liberal Fernandes**

Pedidos para: **VidaEconómica** - R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO
Tel. 223 399 400 • E-mail encomendas@vidaeconomica.pt

(recortar ou fotocopiar)

Nome _____ Nº Contribuinte [] [] [] [] [] [] [] [] [] []

Morada _____

C. Postal [] [] [] [] - [] [] [] [] E-mail _____

Solicito o envio do livro **DIREITO RURAL**

Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)

Para o efeito envio cheque/vale nº _____, s/ o _____, no valor de € [] [] [] [] [] [] [] []

Solicito envio de referência de multibanco para o email _____

Solicito o envio à cobrança. (Acresem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA _____

Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como optar-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.

Título: Direito Rural
Autores: Vários
Direção: Glória Teixeira
Nº de págs.: 544 | Preço: € 20

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>

Suspensão do comércio presencial de máquinas agrícolas faz cair as vendas em mais de 60%

Desde que foi decretada a suspensão da venda presencial de tratores e maquinaria agrícola que o comércio do setor está em declínio. Em 2019, o número de veículos matriculados em Portugal tinha subido 15,8% face a 2018 e as perspetivas eram animadoras. De março a maio são, aliás, "historicamente, os melhores meses de vendas". Este ano, porém, com o alastrar da Covid-19, o decretar do estado de emergência e o encerramento das atividades comerciais em stand, já só foram matriculados 1457 tratores agrícolas novos, menos 7,8% do que em igual período de 2019. Só no mês de março o mercado caiu 19,8%.

Em entrevista à "Vida Económica", Hélder Pedro, secretário-geral da ACAP – Associação Automóvel de Portugal, diz que as "incertezas são tantas" que prefere não fazer futurologia. Há, contudo, um facto: o impacto é "negativo". E o setor das feiras de maquinaria agrícola também está "num momento delicado".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Quantas máquinas agrícolas foram comercializadas em 2019 em Portugal?

Hélder Pedro - Em 2019 foram matriculados em Portugal 6705 tratores agrícolas novos, o que representou um aumento de 15,8% face ao ano anterior. Todavia, importa referir que estes números incluem matrículas de ATV's com homologação europeia na categoria T (trator agrícola). Se quisermos de facto comparar os tratores agrícolas, na aceção mais tradicional do termo, o número a indicar seria de 5732 contra 5394 em 2018, e o crescimento seria de apenas 6,2%.

VE - Analisando as vendas dos últimos anos, qual é o(s) mês(es) do ano em que se registam maiores vendas?

HP - O mercado de máquinas agrícolas, contrariamente ao mercado de automóveis ligeiros de passageiros, não apresenta uma sazonalidade muito vincada, distribuindo-se, habitualmente, as vendas de uma forma relativamente uniforme ao longo



Hélder Pedro, Secretário Geral da ACAP.

do ano. De qualquer forma, historicamente, os melhores meses de vendas vão entre março e maio, exatamente este período que atravessamos.

VE - E este ano? Quantas máquinas agrícolas foram comercializadas no primeiro trimestre?

HP - No primeiro trimestre de 2020 foram matriculados 1457 tratores agrícolas novos, ou seja, menos 7,8% do que em igual período do ano anterior. No mês de março o mercado caiu 19,8%. Da mesma forma, se retirarmos os ATV temos 1273 unidades no primeiro trimestre, contra 1428 em 2019 (menos 10,2%). Neste caso a quebra seria de 23,1%.

VE - Por distritos, quais aqueles em que se registaram mais vendas de máquinas agrícolas em 2019 e também no primeiro trimestre de 2020?

HP - Em 2019 registaram-se mais vendas nos distritos de Viseu, Beja, Coimbra e Bragança. No período de janeiro e fevereiro de 2020 (últimos dados disponíveis de transferências de propriedade) registaram-se mais vendas nos distritos de Viseu, Beja, Leiria e Bragança.

VE - Dispõe de dados a nível europeu das vendas de máquinas/equipamentos agrícolas na UE? Como foram as vendas de 2019 e como correu o primeiro trimestre de 2020?

HP - Em 2019 as vendas de tratores agrícolas na Europa registaram um aumento de 5% por comparação com 2018. Para 2020 ainda não dispomos de números agregados a nível europeu.

VE - Como sabe, o Governo suspendeu, através do Despacho nº 4148/2020, de 5 de abril, o comércio presencial de máquinas agrícolas (e de automóveis em geral). Que impacto é que isso está a ter nas vendas de máquinas agrícolas?

HP - Sem dúvida que teve um impacto negativo, uma vez que as redes comerciais encontram-se praticamente inativas. No setor dos automóveis está a provocar uma queda nas vendas da ordem dos 86% e nas máquinas agrícolas uma diminuição superior a 60%.

VE - O comércio online neste setor é possível e seguro?

HP - O comércio online é possível, mas, no presente momento, não é o canal mais adequado, tendo em conta o tipo de produto e o perfil do potencial comprador neste mercado, que privilegia o contacto presencial e a experimentação das máquinas com o apoio técnico das equipas de vendas. Trata-se de um produto muito especializado e com uma utilização muito específica, que requer um forte apoio técnico ao cliente.

VE - As empresas que comercializam maquinaria agrícola estão adaptadas a esta nova funcionalidade do e-commerce?

HP - As redes de distribuição estão preparadas para este tipo de comércio. E, por exemplo, já dispõem de catálogos eletrónicos dos fabricantes que permitem combinar um vasto conjunto de sistemas e acessórios, desde os vários tipos e medidas de pneumáticos até aos diversos tipos de engates.

Espanha: "haverá uma queda na venda de novos tratores entre 25 e 30%"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

portantes".

"É cedo para poder fazer uma previsão da evolução do setor das máquinas agrícolas em Espanha; vai depender muito da maneira como sairmos desta situação e quanto tempo tudo isto vai durar".

A afirmação é de Luís Marquez, docente na Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrónomos da Universidade Politécnica de Madrid (Espanha) e um dos maiores especialistas europeus em maquinaria agrícola.



Luís Marquez, professor na Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrónomos da Universidade Politécnica de Madrid.

"Os grandes investidores já estão a olhar para o negócio agrícola como algo rentável"

O docente na Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrónomos da Universidade Politécnica de Madrid olha, contudo, para o outro lado da crise: "os grandes investidores, a médio prazo, já estão a olhar para o negócio agrícola como algo rentável".

E "vão investir nele, especialmente em culturas que podem ser mais ren-

"A única coisa que ousar prever é que haverá uma queda na venda de novos tratores entre 25 e 30%", diz o especialista à "Vida Económica", considerando que, "com uma frota suficiente de tratores, embora um pouco envelhecida, isso não causaria problemas para os agricultores". Causa, isso sim, "para os revendedores".

No segmento das máquinas de colheitas, "as vendas já estavam abaixo do mínimo" antes da crise. Agora, "tudo vai depender de como a colheita evoluir", diz Luis Marquez, que tem uma certeza: "os produtores de cereais não estão a ganhar dinheiro" e, por outro lado, "o mercado de usados da maquinaria de colheita nos países da União Europeia é preocupante". E "sobretudo os grandes agricultores estão a perder poder económico", assim como "os mais desfavorecidos" e "aqueles que produzem alimentos para a restauração e o turismo".

E há um facto a registar: "a situação em que nos encontramos mostra que estamos perante uma sociedade predominantemente urbana", que toma agora consciência de que "a agricultura e a indústria agroalimentar nacional são im-

táveis" no futuro, antevê Luis Marquez. Já os pequenos agricultores, esses, "vão depender da PAC e, à medida que o dinheiro disponível for reduzido, vão viver tempos muito difíceis".

Numa outra vertente, "a situação atual, com a limitação do movimento de trabalhadores sazonais, pode aumentar a procura de equipamentos de colheita de frutas e legumes", se os houver disponíveis.

Recusando avançar com mais análise sobre o setor, Luis Marquez conclui: "é necessário ter mais dados sobre a evolução da situação para sustentar mais opiniões".

Até ao fecho desta edição, Espanha contava já com mais de 25 mil mortes por Covid-19. Os números revelados pelo Ministério do Trabalho, Migrações e Segurança Social espanhol mostram que a Covid-19 fez disparar o desemprego no país para um total de 3,5 milhões de pessoas. Só em março – o estado de emergência foi iniciado no dia 15 – registaram-se mais 302 mil desempregados. Está em marcha um "Plano de Transição para uma Nova Normalidade" em quatro etapas, para o país entrar numa "nova normalidade".